

Processo n.º 12031/2011

AUTORIZAÇÃO N.º 12085 /2011

I. Do Pedido

Joanna White notificou à CNPD um tratamento de dados pessoais com a finalidade de elaborar um estudo observacional para avaliar os processos contemporâneos relacionados com a gravidez e com o parto em Portugal.

O estudo pretende aprofundar a percepção da experiência e do empenho na gravidez e no parto, por parte dos profissionais de saúde e das mulheres.

Serão incluídos no estudo profissionais de saúde e mulheres grávidas, aos quais serão realizadas entrevistas durante o período de um ano. As mulheres grávidas serão ainda convidadas a escrever ou gravar digitalmente um diário da gravidez e narrativa do parto.

As participantes no estudo serão recrutadas através de anúncios afixados em clínicas, centros de saúde, hospitais e entidades que ministram cursos de preparação para o parto. Os profissionais de saúde serão recrutados com a colaboração dos centros hospitalares.

A investigadora no estudo solicitará consentimento informado, cuja declaração conservará em lugar de acesso reservado.

Para a marcação das entrevistas, a investigadora telefonará aos participantes no estudo, pelo que será recolhido um contacto telefónico. As entrevistas serão gravadas em formato áudio e, posteriormente, transcritas.

No “caderno de recolha de dados” não há identificação nominal do titular, sendo aposto um código de participante no estudo. A chave desta codificação só pode ser conhecida da investigadora.

Os destinatários são ainda informados sobre a natureza facultativa da sua participação e garantida confidencialidade no tratamento.

II. Da Análise

A CNPD já se pronunciou na sua Deliberação n.º 227/2007 sobre o enquadramento legal, os fundamentos de legitimidade, os princípios orientadores para o correcto cumprimento da Lei de Protecção de Dados, bem como as condições gerais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais para esta finalidade.

No caso em apreço, a notificação enquadra-se no âmbito tipificado por aquela Deliberação.

A informação tratada é recolhida de forma lícita (art.º 5º, n.º1 al. a) da Lei 67/98), para finalidades determinadas, explícitas e legítimas (cf. al. b) do mesmo artigo) e não é excessiva.

O fundamento de legitimidade é o consentimento expresso do titular dos dados.

III. Da Conclusão

Assim, de acordo com as disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 7.º, n.º1 do artigo 27º, al. a) do n.º 1 do artigo 28º e art. 30º da Lei de Protecção de Dados, autoriza-se o tratamento, com as condições supra referidas, nos seguintes termos:

Responsável pelo tratamento: Joanna White

Finalidade: Estudo observacional para avaliar os processos contemporâneos relacionados com a gravidez e com o parto em Portugal.

Categoria de Dados pessoais tratados: código do doente, dados demográficos (idade, sexo, peso e altura), nível de instrução, experiências e processos de decisão durante a gravidez e durante o parto.

Entidades a quem podem ser comunicados: Não há.

Formas de exercício do direito de acesso e rectificação: Junto da investigadora do estudo.

Interconexões de tratamentos: Não há.

Transferências de dados para países terceiros: Não há.

Prazo de conservação: O código do titular deve ser destruído um mês após o fim do estudo.

Dos termos e condições fixados na Deliberação n.º 227/2007 e na presente Autorização decorrem obrigações que o responsável deve cumprir. Deve, igualmente, dar conhecimento dessas condições a todos os intervenientes no circuito de informação.



Lisboa, 09 de Novembro de 2011

Ana Roque, Luís Paiva de Andrade, Vasco Almeida, Helena Delgado António (Relatora), Carlos Campos Lobo, Luís Barroso

A handwritten signature in dark ink, which appears to read 'Luís Lingnau da Silveira'.

Luís Lingnau da Silveira (Presidente)